

**Dom Pedro II e a monarquia brasileira nas crônicas da *Gazeta de Notícias*
(1883-1887)**

Dra. Ana Flávia Cernic Ramos
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Publicada no jornal carioca *Gazeta de Notícias* entre os anos de 1883 e 1887, a série de crônicas “Balas de Estalo” acompanhou de perto as questões políticas que agitaram os últimos anos da monarquia brasileira. Escrita em meio às tensões políticas que caracterizaram este período, a série contava com a participação de importantes intelectuais, literatos e jornalistas, tais como o próprio dono do jornal, Ferreira de Araújo, Henrique Chaves, Valentim Magalhães, Capistrano de Abreu e Machado de Assis. Utilizando pseudônimos, cronistas se revezaram no exercício cotidiano de comentar os principais assuntos da cidade e do país¹. Nada escapava ao olhar atento dos colaboradores dessa coluna de grande sucesso: escravidão, medicina, ciência, carnaval, imigração, teatro, entre tantos outros assuntos. Preocupados em comentar os principais acontecimentos que se destacavam nas outras páginas do jornal, os cronistas de “Balas”, entretanto, dedicaram atenção especial a algumas discussões bastante específicas. A política, a relação entre a Igreja Católica e o Estado imperial, a imigração e, finalmente, o papel da instituição monárquica no Brasil tornaram-se temas centrais, especialmente no primeiro ano de publicação da série, quando a coluna criava seu espaço no jornal e apresentava ao seu leitor o seu “programa” temático. Ao longo das crônicas publicadas no primeiro ano da série, observamos a construção por parte de alguns dos colaboradores de críticas contumazes às principais instituições do país, todas elas, de uma forma ou de outra, ligadas à monarquia. O objetivo desta apresentação é analisar como D. Pedro II e a instituição monárquica foram representados na série, tentando compreender qual o sentido político construído pelos narradores de “Balas de Estalo”.

A Política Imperial e D. Pedro II nas “Balas de Estalo”

A política imperial foi, sem dúvida, um dos temas mais recorrentes da série em seu primeiro ano de vida. Muitos dos seus narradores mais assíduos, tais como Lulu Sênior, Zig-Zag, João Tesourinha, Décio, Publicola e José do Egito, transformaram-se em observadores das atividades da Câmara dos Deputados, do Senado, da Câmara de Vereadores, dos despachos ministeriais e, principalmente, das ações do monarca. Nada parecia escapar à artilharia bem humorada da série, que passou a comentar cotidianamente as notícias publicadas em outras colunas da *Gazeta de Notícias*, tais como “Boletim Parlamentar” e “Diário das Câmaras”. Em um exercício que pretendia ler o jornal para o público da *Gazeta*², os cronistas construíram sentidos e interpretações sobre a vida política do império. Muitos dos colaboradores da série pareciam pretender “fiscalizar” a sociedade e suas muitas instituições, comentando a forma como se gastava o dinheiro público e como eram encaminhadas as obras da cidade. Elemento sugestivo dessa fiscalização está, por exemplo, na escolha do pseudônimo Publicola por Demerval da Fonseca, já que o nome deste personagem-narrador se remete provavelmente a um “sistema publicola”, criado em final do século para evitar a fraude na arrecadação de rendas da Companhia de Bondes do Rio de Janeiro³.

Através de comentários fortuitos sobre pequenas notícias retiradas do jornal, tal como a questão das rachaduras existentes no Reservatório Dom Pedro II, críticas importantes passam a ser feitas à monarquia e à atuação do imperador. Num primeiro momento, em “bala” publicada em 2 de junho de 1883, o pseudônimo Zig-Zag reclama dos gastos causados pelas rachaduras, concluindo que um “cabelinho”, que havia aparecido no reservatório, “para ser retirado” custaria ao Estado imperial “a quantia reles e ignóbil de três contos de réis”. Alguns meses depois, quando as rachaduras reapareceram, o tema foi utilizado ainda com outras conotações:

Temo-las, outra vez, as rachas do Pedregulho em cena, isto é, no grande reservatório Dom Pedro II. Mas, senhores, é forçoso confessar que este Dom Pedro II (reservatório) racha com uma frequência extraordinária!

E com uma frequência que chega a afetar o caráter de abuso – mesmo para um reservatório pomposamente chamado Pedro II. (...). Que se diga a verdade de uma vez inteira: ou que o reservatório racha, apenas por ceder à sua qualidade de Dom Pedro II; ou que o nome Pedro II não pode servir a um humilde rachatório, e por isso fá-lo propositadamente estalar, sempre que lhe convém.⁴

Na crônica de agosto, Décio aproveita as rachaduras do reservatório para reproduzir, em forma de pilhéria, umas das críticas mais frequentes feitas ao imperador: o uso abusivo das atribuições do Poder Moderador. Com uma espécie de trocadilho com o nome do reservatório, D. Pedro II, o cronista aproveita para ressaltar os “rachas” atribuídos ao imperador no que dizia respeito, por exemplo, às nomeações de ministérios liberais e conservadores ao longo de seu reinado. Um tema que se tornou frequente na política imperial, principalmente depois da brusca inversão partidária, ocorrida em agosto de 1868. Período de grande instabilidade ministerial, a partir daí se tornaram comuns críticas que apontavam o imperador como responsável pela fraqueza dos partidos. Muitos dos adversários políticos do monarca passam a acusá-lo de autoritarismo, chegando a chama-lo de “César Caricato”, como é o caso do panfleto *A Conferência dos Divinos*, do conservador Ferreira Viana.⁵ Na fala de Décio, a frequência dos “rachas” do reservatório e do monarca também chegam ao “caráter de abuso”.

Figura obrigatória nas crônicas de “Balas de Estalo”, a análise das referências ao monarca na série nos ajuda a caracterizar a posição política mais geral da série que, apesar de heterogênea, teve algumas ideias repetidas e enfatizadas pelos seus cronistas mais assíduos. Ferreira de Araújo, Demerval da Fonseca e Henrique Chaves, pelo número majoritário de crônicas no primeiro ano de vida da série, ajudaram a construir uma crítica bastante evidente sobre o governo imperial. No dia 29 de abril de 1883, por exemplo, Zig-Zag afirma:

Sua Majestade o Imperador, clássico pela educação e pela tradição, tem para com os seus ministros a seguinte exigência - *mens sana in corpore sano*, salvo o latim. (...) Que eles tenham ideias é perfeitamente dispensável, assim como lhe é muito mais agradável que eles não tenham opinião, para mais facilmente assimilarem o que Ele lhes impingir. Aquilo, portanto, é uma perfeita maçonaria. Há as provas morais e físicas. Como prova moral, para que o ministro caia em graça, basta ter sido republicano⁶.

Zig-Zag, nesta crônica, além de destacar o caráter autoritário do imperador, que prefere ministros que "não tenham opinião, para mais facilmente assimilarem o que Ele lhes impingir", ainda evidencia a incoerência de Dom Pedro ao prestigiar os ministros que fossem ou tivessem sido republicanos. Em maio, o imperador convocaria um ex-republicano, Lafayette Rodrigues Pereira, para ser chefe do gabinete liberal de 24 de maio de 1883. Em 17 de maio de 1883, Zig-Zag volta a satirizar as supostas arbitrariedades de Dom Pedro II, na crônica em que o retrata resolvendo uma crise ministerial durante um baile. O Sr. Paranaguá, então chefe do gabinete liberal de ministros de 2 de julho de 1882, ao ver-se ameaçado pela crise que derrubará o ministério, vai conversar com o imperador em Petrópolis:

Lá, fez-se anunciar. Mandaram-lhe dizer que estavam pondo a gravata branca para o baile e que esperasse. Esperou. Apareceram-lhe depois e disseram-lhe:

- Já sei, já sei. Antes de tudo o dever constitucional [...]

Depois de uma contradança, travaram o seguinte diálogo:

- Nunca pensei que viesse tanta gente ao baile

- Também eu. Mas o que eu desejava dizer a vossa...

- Já tomou sorvete?

- Já, Senhor augusto, ou perdão, augusto senhor... Não sei se vossa...

- Já sei, já sei. Não fica mal à viscondessa aquele vestido .

- Muito bem. Mas eu vim à corte para pedir a vossa...

- Peça, peça o que quiser. Quer um refresco? Um *sandwich*, um grog? Tome um grog, é higiênico⁷.

Depois deste diálogo, o imperador pede ao Sr. Paranaguá que chame à corte o liberal Saraiva para que este resolva a crise ministerial. Nesta passagem, Zig-Zag está enfatizando a dissimulação atribuída a Dom Pedro. Com o seu "já sei, já sei", o imperador mal ouvira as perguntas de Paranaguá porque já havia tomado a decisão de chamar o senador Saraiva para resolver a crise. Essa suposta intransigência política seria muito atacada pelos cronistas da série. Frequentemente Dom Pedro é acusado de utilizar poderes que não lhe caberiam se de fato existisse um regime parlamentarista no Brasil. Na série, o que parece estar sendo criticado é sua constante interferência nas relações entre o Conselho de Ministros e a Câmara de Deputados. A disputa entre os poderes Executivo e

Moderador é peça fundamental do contexto no qual "Balas" está inserida. Quando o gabinete liberal de 3 de julho de 1882 caiu sob a suspeita da Câmara, pensava-se que seria formado um novo gabinete, dessa vez conservador. Porém, o imperador mais uma vez usa de seus poderes e nomeia outro gabinete liberal, liderado agora pelo ex-republicano Lafayette Rodrigues Pereira.

A Fala do Trono, tida como um dos símbolos de afirmação do poder do imperador, também foi "alvo" de nossos cronistas. Lulu Sênior, em 18 de setembro de 1883, tece comentários a respeito da Fala do Trono, satirizando a indumentária usada pelo imperador neste dia, como se esta fosse sua fantasia de carnaval:

Sua Majestade o Imperador deita hoje a Fala do Trono; se Sua Majestade me dá licença ou mesmo que m'a não dê, eu vou deitar fala ao trono. Senhor! Todos os anos, quer chova, quer faça sol, sai Vossa Majestade de casa num carro todo cheio de feitiços - uns feitiços muito sem gosto - e vai, de calção e meia de seda, manto e coroa, como Guilherme de Aguiar (...). Ora, eu acho que Vossa Majestade faz mal. Lá, porque se veste à fantasia, e lê a fala com a voz fanhosa, por causa do *pince-nez* encarrapitado na ponta do nariz, não é razão para dizer coisas que não pensa; pelo contrário, quando um homem se apanha mascarado, assim de princez, ou coisa que o valha, e chega-se a outro com a pergunta clássica *Você me conhece?* e ele responde-lhe *Nunca o vi mais gordo!* então é que é pôr para ali tudo o que a gente tem atravessado na garganta. E nesse caso deveria Vossa Majestade chegar ao Senado e dizer aos Srs. representantes: *Seus aqueles!* Vocês sempre me saíram uns tipos! O que diabo fizeram aqui durante quatro meses a não ser encher de pernas a rua do Ouvidor e de discursos o *Diário Oficial*? Mandaram embora o outro governo, que era do meu amigo Paranaçuá, e deixam-me agora nas férias com um homem que já disse coisas de mim nas folhas⁸.

Esta passagem de Lulu Sênior é muito significativa. O cronista, além de ridicularizar a cerimônia da Fala do Trono, que abria formalmente as sessões parlamentares a cada ano, ainda satiriza a relação entre o Senado e o imperador, apresentado ora como autoritário, ora como um simples joguete político. Assim, há uma grande polêmica sobre a forma de participação D. Pedro II nos assuntos

políticos, restando-nos perguntar que memória alguns cronistas da série pretendiam construir para o monarca. Outro ponto bastante satirizado por nossos cronistas refere-se, por exemplo, à intelectualidade do imperador:

Então, Ele não vai... Alguém, entretanto, necessita urgentemente de arejar sua mobília científica, que há bastante tempo não recebe o benfazejo sopro das admirações europeias e as carícias do grande sol da Fama. Alguém precisa conversar com o Sr. Flammarion, no Observatório de Paris, sobre o cometa e a passagem de Vênus, fazer uma edição do seu *calembourg* da imperial com o poeta da piedade suprema, cochilar a sua soneca científica na Sorbonne, ouvindo o Sr. Luys, ou o Sr. Caro, ou o Sr. Renan no Instituto. Em suma, Alguém precisa sacudir na Europa este pó burguês pesado das Conferências da Glória, do Instituto Histórico, das Câmaras (inclusive a municipal), dos negros, da questão Tripoti, das Missões, da Copacabana; esta poeira de carranceira, de estrabismo, de malandrices nacionais... não, decididamente Ele não vai...⁹

Uma vez que os cronistas não podiam acusar o imperador de falta de interesse pela ciência, eles o acusam de cultivar uma intelectualidade ornamental. Estes literatos claramente se incomodam com esse interesse do Dom Pedro II pelas ciências, pelas línguas, pela astronomia, e diariamente estão a satirizar o imperador que, segundo eles, dormia durante as conferências das quais participava. Dom Pedro II, como foi dito acima, é um dos temas mais frequentes da série, porém a discussão sobre a sua imagem não é o único interesse de “Balas”, cujo “alvo” maior é a própria monarquia e suas práticas políticas. A crítica ao poder pessoal do imperador, ao uso do dinheiro público são apenas formas de questionar toda uma cultura política.

Uma das maneiras de criticar a instituição monárquica também passava pelo ataque às instituições tradicionalmente ligadas ao Estado imperial. Ao comentar o papel representado pela Igreja católica naquela sociedade, por exemplo, muitos dos cronistas da série faziam da relação oficial entre a religião e Estado um dos alvos preferidos dos baleiros. Lulu Sênior, pseudônimo de Ferreira de Araújo, por exemplo, é um dos maiores críticos desta instituição, como podemos observar a seguir:

Que fique essa para os católicos, e os que não são, possam ser enterrados ou cremados em qualquer parte, sem licença de um autoridade

com a qual eles nunca tiveram nem quiseram ter relações. Nós somos os primeiros a reconhecer que a lei estúpida que nos rege, impõe-nos a profanação dos cemitérios católicos, obrigando-nos a ir para lá, porque não temos outros. O que reclamamos é justamente o direito, que até aqui é privilégio dos católicos, de morrer como vivemos. (...) Quanto a dizer que a cremação repugna à amizade, e à piedade filial, isso é querer tapar o sol com a peneira. Qual a diferença real entre a cremação e o enterro? É que este leva cinco anos ou mais a reduzir imperfeitamente as cinzas de um cadáver, serviço que a cremação faz com a máxima perfeição em alguns minutos. (...) Em vez de cemitérios, onde a putrefação dos cadáveres pode dar lugar à produção de germens e moléstias, teremos cemitérios onde só haja cinzas (...)¹⁰.

Nesta passagem, *Lulu Sênior* deixa clara sua crítica quanto às funções atribuídas à Igreja, tal como a realização do enterro somente através desta instituição. O autor reclama o direito de “morrer como vivemos”. Aqui, podemos, mais uma vez, recorrer ao “sentido pedagógico” da crônica. No final do século XIX, os literatos começam a assumir a função de grandes “transformadores” da sociedade. A partir de uma campanha feita diariamente no jornal, estes autores têm o objetivo de “renovar” velhos costumes, como nos sugere esta última crônica e sua crítica ao enterro cristão. *Lulu Sênior*, através de suas crônicas, incita a transformação ao questionar a obrigatoriedade de um enterro cristão, assunto bastante polêmico no período e que, em sua concepção, emperrava os projetos imigrantistas.

A questão da cremação também se mostra como ponto polêmico da crônica. Por defender o direito de morrer como se quer, *Lulu Sênior* mostra as vantagens da cremação também para a saúde pública. Em uma época de grandes epidemias, cremar seria um procedimento higiênico para a população. A briga que se instaura entre a Igreja e o cronista dá-se enquanto tentativa de provar como a cremação seria tão respeitosa com o cadáver quanto o enterro convencional. Esta polêmica sobre a cremação se estende pelo menos por todo o mês de abril de 1883, tanto nas crônicas estudadas, como também em outras colunas do jornal.¹¹ Na crônica de 3 de junho de 1883, *Lulu Sênior* volta a se interrogar quais seriam os direitos de fato da Igreja:

Engano majestade, puro engano! Aquela religião que se pratica em Petrópolis é uma exterioridade muito bonita e florida, em que os sentidos de um amator de bom gosto apreciam o que há de melhor neste mundo: a música, a mulher, o perfume. Mas essa religião é manjar dos príncipes, é a primeira mesa, cá pelas classes inferiores, a religião é o jejum, a penitência, a confissão, o óbolo de São Pedro, o nascimento verificado pela igreja, a legitimação da família dependendo da Igreja (...)¹².

Nesta passagem, o autor parece revitalizar a discussão sobre as funções da Igreja, e a implicação que elas teriam na liberdade de escolha das pessoas. Aqui o autor toca no polêmico assunto do casamento e sua oficialização através da Igreja. Para ele, esta determinação seria um dos motivos que tornaria a religião uma espécie de “sacrifício”, diferente do “manjar dos príncipes” que ela representaria para o imperador.

Decio, pseudônimo de Demerval da Fonseca, explicita também sua opinião sobre o assunto. Desta vez, além de se ressaltar o problema da realização do casamento somente sob o consentimento religioso, o autor critica a intransigência da Igreja sobre o assunto. O exemplo dado pelo autor seria de um casal que teria pedido permissão ao bispo para se casar, e o bispo, numa espécie de despacho, teria feito várias exigências para autorizar o casamento, como a de que fizessem jejum e assistissem a um número de missas em dias em que estes preceitos não fossem obrigatórios. Como resposta, e com muita ironia, *Decio* escreve esta bala, comparando o bispo Lacerda ao ministro da agricultura e das obras públicas pelo Gabinete liberal de 1883, Henrique D’Ávila, conhecido por seus despachos absurdos:

Neste despacho-bala só há uma coisa que se compreende: é o pedido das duas velas dos oradores (casal) para a Igreja. Isso sim compreende-se. A Igreja precisa de velas. Somente perguntamos aos que governam, porque não foi aproveitado o senhor Lacerda para ministro da pasta dos despachos pândegos, em substituição do senhor Ávila?¹³

A comparação entre o bispo e o ministro da Agricultura certamente não é fortuita. Tanto Igreja como o governo parecem se equiparar, segundo ele, em

displícência, abuso de poder e má administração. Ambas as instituições apresentam problemas de gerenciamento, e seus funcionários poderiam até trocar de cargos, tal a ineficiência, tal os “despachos pândegos” de ambos.

A construção de um sentido político

Uma vez discutida e demonstrada a forma como alguns temas surgiram nas páginas de “Balas de Estalo”, é preciso agora entender o modo pelo qual eles se articulam e constroem um projeto político. Dentre todos os assuntos discutidos acima, parece-nos central a crítica feita à monarquia e a tudo o que ela representa. Através da discussão sobre práticas políticas, higiene pública, imigração e, principalmente, da relação estabelecida entre a igreja católica e o Estado, podemos notar a intenção política dos narradores em demonstrar as contradições e o atraso vivido pela monarquia naquele final de século, além da defesa da ciência e de projetos políticos específicos.

Na década de 1880 o catolicismo ainda é a religião oficial do Estado monárquico e, por isso, referir-se a questões religiosas é também discutir a monarquia e seus pressupostos. A própria associação feita por Decio na crônica de 9 de junho de 1883 nos dá a ideia dessa relação entre Estado e religião. Ao relacionar os “despachos pândegos” do bispo Lacerda com os despachos do ministério da Agricultura – aproximando-os pela ineficiência– o narrador está nos alertando sobre a associação feita entre essas duas instituições, associação comum no período. Discutir a religião católica e as suas funções legais, tais como a realização de casamentos, enterros e batizados, é, de certa forma, polemizar as funções assumidas pela monarquia e suas contribuições para aquela sociedade.

Os narradores de “Balas de Estalo” discutem as contradições existentes em todo o regime monárquico e nas instituições que se ligam a ele e o sustentam, a começar pela própria igreja católica. A contradição entre ciência e fé, por exemplo, está presente também nas atitudes do imperador e da própria monarquia. Sempre que os cronistas falavam de Dom Pedro II não se esqueciam de ressaltar e até

satirizar o interesse que o monarca tinha pela ciência e pelas artes. Dom Pedro II se tornou um dos grandes “financiadores” de vários estudos científicos e sempre almejou ser visto como um monarca “esclarecido” e preocupado com o desenvolvimento do saber científico. Ele comparecia aos exames da Escola de Engenharia e era o grande defensor da medicina. No entanto, a monarquia ainda possuía uma religião oficial e Dom Pedro II compactuava com isso. Para os narradores da série isso se mostra como uma das maiores contradições daquele sistema. Como defensores da ciência e das políticas de higiene pública, os narradores de “Balas” veem a relação entre igreja e Estado como um obstáculo ao desenvolvimento e ao progresso da sociedade. Como defendeu José do Egito na crônica do dia 4 de agosto de 1883, a ciência e a intelectualidade de Dom Pedro eram meramente ornamentais. No fundo, o imperador e a monarquia continuam presos a práticas religiosas e supersticiosas, ou mesmo ao atraso colonial.

Através de críticas à igreja e às formas como essa instituição lidava com problemas relativos à higiene pública, por exemplo, os narradores defendem a ideia de “falência” da monarquia, uma vez que ela representava o atraso do país em relação ao desenvolvimento da ciência e da sociedade como um todo. Vários são os exemplos dados de como a existência de uma religião oficial interferia nas políticas de higiene pública. A questão da cremação discutida anteriormente é um destes exemplos. Considerada como medida higiênica no combate do alastramento da epidemia de febre amarela, a cremação suscita calorosos debates em 1883 entre os defensores da ciência e da higiene e os religiosos. Ou seja, para narradores como Lulu Sênior, a religião tornara-se um obstáculo às práticas médicas.

Através de uma discussão sobre imigração também podemos enxergar as críticas dos narradores à monarquia. Ao adotar uma religião oficial do Estado, os narradores da série acreditavam que a monarquia inibia a vinda de imigrantes europeus de outras religiões para o Brasil. Na concepção de alguns dos narradores da série a monarquia apareceria como um atraso para o país. Logo, a

construção de um sentido político para “Balas de Estalo” parece estar bastante comprometida com a crítica feita à instituição monárquica e a tudo que ela representava naquele final de século. A partir dessas críticas, os narradores de “Balas” estão construindo um sentido político bastante claro para a série: a monarquia está ultrapassada, não responde mais às necessidades da sociedade, é preciso algo novo, algo que proporcione o progresso, a democracia.

Talvez seja a república o projeto político almejado por alguns dos cronistas da série. Através de “Balas de Estalo” eles tentam caracterizar para o leitor a necessidade de uma mudança, estão construindo uma memória política para a monarquia associada ao atraso e à barbárie e assumindo a função “pedagógica” de conduzir a sociedade ao progresso. Este parece ser o sentido que unifica a série, que reúne os narradores em torno de uma questão central. “Balas” é uma série eminentemente política, o grupo todo está encarregado de discutir tanto o regime monárquico como as instituições que o acompanham.

No entanto, é necessário ressaltar que não podemos considerar as opiniões de alguns narradores como homogêneas e representante das opiniões do grupo como um todo. “Balas de Estalo” tem alguns temas que pautam as discussões do grupo, mas nem por isso é eliminada a diversidade de opiniões sobre um mesmo assunto. Muitas vezes os narradores estão discutindo temas em comum, o debate é feito coletivamente, preservando as diferentes opiniões.

No caso da crítica ao regime monárquico, o debate se torna mais coeso e homogêneo devido aos narradores mais assíduos da série. Como foi mostrado anteriormente, “Balas” tem três grandes colaboradores em número total de crônicas: em primeiro lugar temos Ferreira de Araújo (Lulu Sênior com 61 crônicas), em segundo Henrique Chaves (Zig-Zag e João Tesourinha somando 52 crônicas) e Demerval da Fonseca (com Decio e Publicola somando também 52 crônicas). Os três cronistas apontados aqui foram os que mais participaram do debate sobre política imperial, religião e monarquia. São eles que constroem o sentido político da série em 1883, pois representam quase a metade do total de

narradores de “Balas” e juntos colaboram com o maior número de crônicas publicadas durante o ano de 1883. Os temas colocados aqui são discutidos por todos os cronistas, mas são os donos e fundadores da *Gazeta de Notícias* que estão caracterizando a série de uma forma mais geral.

¹ Os pseudônimos que compunham a série eram: Lulu Sênior, adotado por Ferreira de Araújo; Zig-Zag é a assinatura de Henrique Chaves, que também utilizou os pseudônimos de João Tesourinha e Zig-Zug, Décio e Publicola são os de Demerval José da Fonseca, José do Egito, de Valentim Magalhães, Mercurio, de Capistrano de Abreu e, finalmente, Lélío, de Machado de Assis.

² Margarida de Sousa Neves chama de “sentido pedagógico” da crônica, segundo o qual o cronista aparece como um grande leitor e comentarista do próprio jornal, com o objetivo de construir e instaurar uma determinada ordenação da sociedade, tornando-se intérprete do acontecido (NEVES, 1995, p.28).

³ Cf. *Gazeta de Notícias*, 12 de abril de 1883, p.3.

⁴ Décio, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 28 de agosto de 1883.

⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras: a política imperial*. 2ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996, p378.

⁶ Zig-Zag, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 29 de abril de 1883.

⁷ Zig-Zag, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 2 de julho de 1883.

⁸ Lulu Sênior, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 18 de setembro de 1883.

⁹ José do Egito, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 4 de agosto de 1883.

¹⁰ Lulu Sênior, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 6 de abril de 1883.

¹¹ Durante o ano de 1883 foi muito discutida a questão da criação de uma vacina contra a febre amarela por Domingos Freire. Em abril de 1883 teve início na *Gazeta de Notícias* uma série de artigos sobre os estudos de Freire e o seu criptococo xantogênico, que segundo ele era o agente causador da febre amarela. Em março daquele ano, Freire faz uma declaração que causa grande polêmica na Corte: a de que ele havia encontrado na terra dos cemitérios os micróbios que detectara nos humores dos amareletos. Isso explicaria a maior propagação da doença no verão, época em que as chuvas carregavam essas terras. Segundo o cientista, era preciso fazer a remoção dos cemitérios para longe da cidade e também a cremação dos cadáveres contaminados (BENCHIMOL, 1999, pp.79-80).

¹² Lulu Sênior, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 3 de junho de 1883.

¹³ Décio, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 9 de junho de 1883.

BIBLIOGRAFIA

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos Micróbios aos Mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora UFRJ, 1999.

CHALHOUB, S; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, L. A. de M. (org.). *Histórias em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

NEVES, Margarida de S. "História da Crônica, Crônica da História". In: *Cronistas do Rio*. Beatriz Resende (org.). Rio de Janeiro: José Olímpio: CCBB, 1995.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Política e Humor nos últimos anos da monarquia: a série "Balas de Estalo" (1883-1884)*. Dissertação de Mestrado em História: Unicamp, 2005.

SCHWARCZ, Lilia M. *As Barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.